

# BIBLIOTECAS PÚBLICAS EM PORTUGAL (1986-1989)\*

---

HENRIQUE BARRETO NUNES

## RESUMO

Apresenta-se o Plano Nacional de Leitura Pública, a sua génese, a filosofia do programa, a legislação que o criou, o desenvolvimento das medidas de apoio, a metodologia seguida e os resultados até agora obtidos. Referem-se ainda aspectos específicos do programa de leitura pública e as actividades mais relevantes realizadas neste domínio.

## ABSTRACT

The Public Reading National Program is here displayed: its origin, the spirit of the program, the legislation ruling it, the progress of the support measures, the methodology used and the results achieved so far. The specific aspects of the public reading program and the most relevant actions carried out in this field are also considered.

---

\* Comunicação apresentada, a convite da organização, ao 1.º Encontro Internacional de Bibliotecários de Língua Portuguesa, realizado em Lisboa, de 28 de Fevereiro a 3 de Março de 1990.

## 1. O PLANO NACIONAL DE LEITURA PÚBLICA

O despacho 23/86 de 11 de Março de 1986 da Secretaria de Estado da Cultura pode considerar-se um marco histórico para a Leitura Pública em Portugal (Anexo A).

O objectivo desse despacho visava a criação de condições que conduzissem ao estabelecimento de uma política nacional de leitura pública, através da implantação e funcionamento regular e eficaz de uma rede de bibliotecas municipais.

Para atingir esse objectivo foi constituído um Grupo de Trabalho, coordenado pela Dr.<sup>a</sup> Maria José Moura que, no prazo de 3 meses deveria apresentar um relatório do qual constariam as seguintes propostas:

- 1 – *No prazo de três meses, propostas de medidas susceptíveis de serem tomadas de imediato no domínio orçamental e também no normativo, nomeadamente sobre responsabilização repartida das administrações central e autárquica, adaptação e construção de novos equipamentos, constituição de fundos bibliográficos adequados, formação profissional, dinamização do livro e da leitura e sensibilização do público.*
- 2 – *No prazo de oito meses, uma proposta de uma política nacional participada de leitura pública, estabelecendo fases, propondo os instrumentos e a articulação dos meios existentes ou a criar, eventualmente através de um conjunto de medidas de carácter legislativo e financeiro.*

Pela primeira vez na história das bibliotecas portuguesas parecia haver vontade política e meios financeiros para tentar resolver o problema da leitura pública, embora desde meados do século passado se conhecessem diversas iniciativas legislativas nesse sentido, as quais jazem na vasta necrópole que constitui a colecção dos nossos boletins oficiais (NUNES, 1986/2).

Contudo, nos últimos anos, sobretudo a partir de 1983, verificavam-se inúmeros sinais de que existia vontade de mudar o estado da situação das bibliotecas públicas portuguesas e em cuja origem estavam alguns bibliotecários e a sua associação profissional (BAD), o Instituto Português do Livro e meia dúzia de municípios interessados em proporcionar o acesso ao livro e à leitura aos seus habitantes.

Diversas iniciativas, nomeadamente a realização de acções de formação, reuniões de sensibilização, exposições, visitas de estudo, etc. davam sinal desse desejo de mudança, que começou a ganhar forma com a divulgação de um Manifesto sobre a Leitura Pública em Portugal (MANIFESTO, 1983) a que se seguiu a criação, em Abril de 1983, no seio da BAD, de um Grupo de Trabalho

das Bibliotecas Públicas que, de imediato, deu a conhecer um documento de intenções (BAD-GTBP, 1983).

Os objectivos e propostas deste GT encontraram o eco ideal num jovem organismo oficial, o Instituto Português do Livro, que procurava *apoiar a constituição, manutenção e renovação de bibliotecas públicas e desenvolver e apoiar a sua dinamização* (Decreto Regulamentar 17/80 de 23 de Maio).

O ponto da situação das bibliotecas e da leitura pública em Portugal foi feito através de uma comunicação apresentada ao I Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas (Porto, Junho 1985), cujas conclusões e recomendações se revelaram de alguma importância (NUNES, 1986/1).

O movimento começava a tomar, em todo o país, proporções que não podiam ser ignoradas pelas Autarquias e pelo Poder Central, tanto mais que a necessidade de criação de uma *rede nacional de bibliotecas municipais* é contemplada nas medidas propostas pela Comissão do Livro, criada por despacho 155/85 da SEC, cujo relatório final foi apresentado em Março de 1986 (MOURA, V., 1986).

Não eram conhecidos na altura dados seguros sobre os hábitos de leitura dos portugueses <sup>1</sup> mas apesar do ligeiro aumento do número de títulos editados anualmente (APEL, 1986), era ponto assente que os portugueses liam pouco, leriam cada vez menos. E entre as diversas causas apontadas (sistema de ensino, ambiente familiar, analfabetismo, iletrismo, dificuldade no acesso aos bens culturais, desafio dos audiovisuais, etc.) tornava-se evidente que a inexistência de uma rede de bibliotecas públicas, entendidas de acordo com as modernas concepções, de que o manifesto da UNESCO podia ser o paradigma, constituía uma das mais fortes razões para tal estado de coisas.

Foi assim recebido com enorme expectativa o despacho da SEC atrás referido, que fez aumentar a esperança quando o Grupo de Trabalho por ele criado deu a conhecer o seu relatório (MOURA, 1986).

"Leitura pública: rede de bibliotecas municipais" é o título do relatório apresentado em Julho de 1986 pelo Grupo de Trabalho coordenado por Maria José Moura e constituído por Pedro Vieira de Almeida, Joaquim Macedo Portilheiro e Maria Teresa Calçada que abriu novas perspectivas à leitura pública em Portugal e apontou as condições necessárias para a criação de verdadeiras bibliotecas públicas em todo o país (sobre a concepção de biblioteca de leitura pública ver GASCUEL, 1987).

Na estrutura do Relatório deve apontar-se um capítulo dedicado a uma breve resenha histórica das bibliotecas públicas em Portugal, que é antecedido pelos conceitos operativos que enformam o trabalho.

Faz-se depois uma análise da situação das bibliotecas portuguesas em 1985, resultante de um inquérito realizado pelo IPPC e pela BAD, o qual revelava que apenas 97 (35%) dos 275 concelhos do país indicavam possuir uma biblioteca exclusivamente municipal <sup>2</sup> e que, dessas, apenas 45 cumpriam minimamente algumas das funções que o conceito de leitura pública implica.

A caracterização dessas bibliotecas demonstrava uma concepção ultrapassada, porque na generalidade dos casos a função conservação sobrepunha-se à noção de serviço público, aberto a toda a comunidade.

Por outro lado, a grande maioria das bibliotecas existentes ocupava edifícios antigos e desadaptados à função, os fundos bibliográficos eram reduzidos e desactualizados, o livre acesso às estantes não era permitido, não se praticava o empréstimo domiciliário, o número de funcionários era escasso e sem formação adequada, não existiam secções infantis nem de audiovisuais, a informação proposta era exígua, eram raras as actividades de animação e de cooperação.

Estas bibliotecas eram frequentadas essencialmente por estudantes (e muitas vezes não passavam de salas de estudo) e por alguns idosos, que lá iam ler os jornais.

Podia concluir-se sem hesitação que *em Portugal não existia um verdadeiro sistema de bibliotecas públicas, mas um conjunto de instituições mortas, sem qualquer tipo de relação entre si ou com o meio* (MANIFESTO, 1983).

Perante este estado de coisas o Relatório citado apresentava um plano coerente de intervenção e propostas de acção consideradas necessárias para criar uma rede de bibliotecas públicas.

A filosofia do programa assentava essencialmente numa partilha de responsabilidades entre o Estado e as Autarquias, em que o Estado era apresentado como o promotor e o garante de uma nova política para o sector, enquanto as Autarquias surgiam como os protagonistas mais directos e interessados das acções a desenvolver.

Seria pois necessário definir as medidas imediatas a serem tomadas, criando-se os instrumentos de intervenção técnicos e financeiros daí decorrentes.

Antes do mais urgia caracterizar os tipos de biblioteca a projectar, já que a rede, que teria como base o concelho, implicava a criação de Bibliotecas Municipais dimensionadas à partida para cumprir as funções que lhes seriam próprias e que se encontram consagradas internacionalmente (IFLA, 1986).

Na ausência de normas nacionais<sup>3</sup>, o Relatório apresentava algumas directivas relativamente às áreas funcionais, fundos documentais e pessoal necessário, consideradas como requisitos básicos para a criação das novas bibliotecas.

Assim, o Grupo de Trabalho elaborou dois programas-tipo (BM1 e BM2) tendo como base a dimensão da população concelhia e ainda um terceiro programa concebido para casos especiais (Bibliotecas Municipais em Desenvolvimento).

Em qualquer dos casos, a BM devia possuir um átrio, secção de adultos, secção infantil (qualquer delas com espaços destinados ao empréstimo, consulta local e periódicos), secção de audio-video, sala polivalente, serviços internos e depósitos. Era também especificado o pessoal essencial ao funcionamento e indicados os fundos documentais mínimos e o volume de aquisições anuais.

Estas bibliotecas deviam apresentar os seus fundos em estantes

classificadas em livre acesso, permitir e incentivar o empréstimo domiciliário, possuir pessoal especializado, considerando-se ainda imprescindível a realização regular de actividades de animação.

Definidos estes princípios, era necessário criar condições para que o projecto avançasse, o que exigia a promulgação de medidas de carácter legislativo e financeiro e a existência de estruturas de apoio técnico.

Na sequência das propostas apresentadas no Relatório, reestruturou-se o IPL, transformado em Instituto Português do Livro e da Leitura (DL 71/87, anexo B) a quem competiria dar prossecução aos objectivos de uma política nacional de leitura pública, planificando e dirigindo a intervenção do Estado neste sector.

Competindo, por outro lado, às autarquias a responsabilidade da criação e manutenção das suas bibliotecas, foi definido um instrumento legal, na figura de um contrato-programa (DL 111/87, anexo C) que permitia a concretização efectiva do apoio técnico e financeiro do Estado à criação dessas bibliotecas.

O apoio financeiro a conceder pelo Estado, que se traduziria na comparticipação em 50% dos custos totais da obra ficava consagrado nos contratos-programa referidos, que incidiam na construção ou adaptação de instalações, compra de equipamento, aquisição de fundos documentais, formação de pessoal e actividades de animação, mas só seria concretizado se os programas das bibliotecas respeitassem as exigências do IPLL.

O apoio técnico, absolutamente imprescindível seria assegurado pela Direcção de Serviços de Leitura Pública do IPLL, a quem incumbiria apreciar os programas de construção apresentados pelas autarquias e zelar pelo cumprimento das directrizes estabelecidas.

O objectivo desta política integrada de desenvolvimento da leitura pública é, numa primeira fase de cinco anos, a construção de 82.000 m<sup>2</sup> de bibliotecas em cerca de 90 sedes de concelho, cobrindo um terço do país, para tal se prevendo afectar à Secretaria de Estado da Cultura, de acordo com os preços da época, vultuosas verbas: 360 mil contos em 1987 e 400 mil contos em cada um dos quatro anos seguintes, de acordo com a estimativa de custos apresentada no Relatório a que nos vimos referindo.

Estavam finalmente criadas as condições para o projecto da leitura pública arrancar, não sem que antes se tenham realizado diversas reuniões de sensibilização das autarquias, promovidas com a colaboração da Associação Nacional de Municípios Portugueses. Assim, em 19 de Março de 1987, o IPLL enviou a todas as Câmaras Municipais do país um ofício-circular dando a conhecer o projecto de criação de uma Rede de Bibliotecas Municipais de Leitura Pública, solicitando que a apresentação das candidaturas ao apoio técnico-financeiro para aquele ano se efectuasse até 15 de Maio e enumerando quais os documentos e informações que deveriam acompanhar as propostas.

A receptividade foi extraordinária, pois responderam 178 municípios de todo o país ao desafio que lhes tinha sido lançado.

Seguiu-se o processo de análise das candidaturas segundo critérios

definidos pelo IPLL, tendo sido excluídos à partida 90 processos, por diferentes razões (não cumprimento do programa mínimo, áreas insuficientes, ausência de elementos fundamentais).

Os 88 processos de candidatura inicialmente seleccionados foram objecto de discussão e análise em reuniões que contaram com a participação das entidades envolvidas: representantes do IPLL (bibliotecários e arquitectos) e câmaras municipais (autarcas, arquitectos, bibliotecários) e de que resultaram numerosas propostas ou sugestões de alteração aos estudos apresentados.

Desta segunda fase foram ainda excluídas 37 candidaturas, pelos mesmos motivos, sendo finalmente seleccionadas 51 autarquias a quem foram enviadas minutas de contrato-programa, contemplando diversas modalidades de apoio (aquisição e obras, construção de raiz, remodelação/ampliação, BMDs).

Finalmente, em Dezembro, depois de cumpridos os necessários trâmites legais, foram assinados os referidos contratos-programas entre a Secretaria de Estado da Cultura, representada pelo IPLL e as 51 câmaras municipais que aderiram ao programa.

A semente estava lançada e em 1988 apresentaram as suas candidaturas 86 municípios, tendo sido assinados 18 contratos-programa, de acordo com a metodologia atrás referida (anexo D), o que dá um total de 69 câmaras municipais apoiadas, cujas bibliotecas se distribuem pelos seguintes tipos: BMD-16; BM1-21; BM2-32.

Para facilitar a organização das candidaturas, o IPLL elaborou um "Manual de procedimentos", *um conjunto de documentos onde se sintetizam os conceitos e critérios indispensáveis à concretização do Programa de Leitura Pública*, bem como documentação para *esclarecimento das Câmaras Municipais sobre os procedimentos administrativos a seguir na formulação e desenvolvimento* das referidas candidaturas. De referir que, entretanto o IPLL já tinha editado uma obra que mostrava como se devia elaborar o programa de construção de uma biblioteca municipal (SILVA, 1987).

Em 1989 o IPLL divulgou um outro documento intitulado "Programa de apoio às bibliotecas municipais" (IPLL, 1989) que consagra alguns ajustamentos aos parâmetros iniciais tornados aconselháveis pela experiência.

As alterações introduzidas foram motivadas pela *necessidade de parame-trizar a intervenção em concelhos com mais de 50.000 habitantes*, para os quais se estabeleceu um novo programa-tipo, correspondente a uma biblioteca que se passará a designar por B.M.3.

Também os programas-tipo das B.M.1 e B.M.2 foram objecto de ligeiras alterações, a mais significativa das quais foi o aumento da área dos audio-visuais, aliás amplamente justificado (Anexo E).

Outro aspecto importante deste documento foi a caracterização sucinta feita dos diferentes espaços e respectivas funções das bibliotecas, que se revelava necessário para os arquitectos, autarcas e bibliotecários poderem compreender melhor como funcionarão estes novos equipamentos e, nessa

base, elaborarem com maior rigor e conhecimento os seus projectos.

De destacar também neste documento a referência que é feita à criação de anexos e ainda o fornecimento de algumas indicações de ordem técnica.

Entretanto, na sequência da análise feita á experiência dos dois primeiros anos do programa, houve necessidade de se fazerem algumas reformulações e ajustes na metodologia até então seguida, pelo que em 1989 não foram assinados quaisquer contratos-programa.

De qualquer modo, foi aberto um terceiro processo de candidaturas para os anos de 1990/91, tendo sido 80 as câmaras municipais que manifestaram o propósito de criar bibliotecas.

Oportunamente, o IPLL proporá o número e tipo de bibliotecas a apoiar no biénio 1990/91, prevendo-se algumas alterações na metodologia a adoptar.

Neste momento já se encontram em funcionamento quatro BMD (Arruda, Chamusca, Obidos e Viana do Castelo) e uma BM1 (Grândola), prevendo-se que sejam inauguradas mais 30 novas bibliotecas municipais até ao final do corrente ano. Das 69 Câmaras Municipais que assinaram os contratos-programa, 21 construirão bibliotecas de raiz.

Quanto a redes concelhias, neste momento sabe-se que nos concelhos de Vila Nova de Famalicão, Esposende, Moita e Seixal já existem anexos a funcionar, que em Vila Nova de Famalicão circula um bibliomovel, enquanto noutros municípios há projectos semelhantes em vias de concretização.

## 2. ASPECTOS ESPECÍFICOS DO PROGRAMA DE LEITURA PÚBLICA

No âmbito do Programa Nacional de Leitura Pública, cujos aspectos principais acabamos de caracterizar, outras questões se levantam que merecem uma atenção especial e relativamente às quais já estão em curso diversas intervenções ou se esboçam ideias de que se espera concretização.

### 2.1. PROJECTO BIBLIOPOLIS

No relatório sobre a Leitura Pública era feita uma referência sumária às bibliotecas municipais existentes nos grandes centros urbanos (Lisboa, Porto e Coimbra), a que se devia juntar a Biblioteca Pública de Braga, integrada na Universidade do Minho, considerando-se que deviam ser objecto de uma intervenção específica.

A sua integração no plano de desenvolvimento da rede nacional de leitura pública foi feita através do Projecto Bibliopolis, através do qual aqueles municípios poderão ser apoiados técnica e financeiramente, desde que se sujeitem aos princípios gerais atrás referidos e se comprometam a constituir redes concelhias de bibliotecas (Anexo F).

Assim já foi dado apoio à aquisição de equipamento, através da assinatura de contratos-programa, às bibliotecas municipais do Porto e de Coimbra, enquanto para Lisboa se prevê a construção de uma nova biblioteca central. Quanto à Biblioteca Pública de Braga, que se encontra numa situação pouco vulgar (NUNES, 1987), recebeu um fundo bibliográfico destinado à criação de uma secção de empréstimo domiciliário e apoio para as suas actividades de animação.

## 2.2. BIBLIOTECAS PÚBLICAS

A criação do IPLL, com as novas perspectivas que abriu à política do livro e da leitura, veio levantar a questão das Bibliotecas Públicas existentes em algumas capitais de distrito (Bragança, Évora, Leiria e Vila Real) e ainda a da Biblioteca Popular de Lisboa, que se encontravam dependentes do Instituto Português do Património Cultural (IPPC).

Quase todas estas bibliotecas possuem fundos antigos ou espólios valiosos e algumas chegaram a ser beneficiárias do Depósito Legal, que a Biblioteca Pública de Évora e a Biblioteca Popular de Lisboa ainda continuam a receber.

Com a publicação do decreto-lei n.º 186/88 de 27 de Maio, aquelas bibliotecas passaram a ficar dependentes do IPLL, no plano técnico-administrativo (Anexo G).

Parece ser intenção da SEC que pelo menos as Bibliotecas Públicas de Leiria, Vila Real e Bragança venham a ser definitivamente confiadas aos respectivos municípios, já que as autarquias são as entidades que melhor poderão gerir as instituições culturais locais. Aquelas bibliotecas passarão assim a integrar a rede nacional de leitura pública, feitas as necessárias adaptações.

Os outros casos encontram-se ainda em fase de estudo, mas tudo indica que a solução seja a mesma, até porque em Évora, p.ex., nem sequer existe uma biblioteca municipal (o mesmo se verificando em Braga).

Pelo mesmo decreto-lei foram também transferidas para o IPLL as atribuições e competências em matéria de superintendência técnica e de salvaguarda do património bibliográfico anteriormente cometidas ao IPPC, sendo para tal criada a Divisão do Património Bibliográfico no seio da Direcção de Serviços de Leitura Pública.

### 2.3. FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN

Nunca será por demais realçar o papel pioneiro que a Fundação Calouste Gulbenkian desempenhou no domínio do livro e da leitura, criando numa época de acentuado obscurantismo cultural uma rede de bibliotecas itinerantes que cobriu quase todo o país e as ilhas (GULBENKIAN, 1984).

Em muitos concelhos do país, o acesso ao livro e a criação ou o fortalecimento de hábitos de leitura só foi possível devido à existência do Serviço de Bibliotecas Itinerantes e Fixas da Gulbenkian.

A criação da Rede Nacional de Bibliotecas de Leitura Pública vem ao encontro e moderniza o programa lançado pela FCG há 30 anos, sendo desejável que esta instituição se venha a inserir no projecto em curso.

Assim está em estudo a elaboração de um protocolo entre o IPLL e a FCG em que será reconhecida a complementaridade das duas redes nacionais de bibliotecas, ao mesmo tempo que se acorda na necessidade de a definir e reforçar, nomeadamente nos casos das localidades em que, existindo bibliotecas fixas da Gulbenkian, os respectivos autarcas tenham decidido criar bibliotecas municipais.

### 2.4. EXTENSÃO DA LEITURA PÚBLICA

Seria desejável, a exemplo do que sucede noutros países, que se pudesse estender o serviço de leitura pública a instituições que, de uma maneira ou de outra, afastam as pessoas que integram da vida social normal, criando autênticos desertos culturais, como é o caso das prisões, dos hospitais, dos estabelecimentos da terceira idade, dos quartéis ou, noutra perspectiva, das grandes empresas.

Essas pessoas também têm, como qualquer outro cidadão, direito ao acesso ao livro e à leitura, mas neste caso ainda está tudo por fazer, a começar por um levantamento das instituições e empresas com aquelas características que possuam bibliotecas (como é o caso dos CTT, por exemplo) ou manifestem interesse em constitui-las.

Ressalve-se uma experiência muito recente que teve como protagonista o Estabelecimento Prisional de Vale de Judeus (Alcoentre) a cuja biblioteca, na sequência de um pedido da instituição, o IPLL concedeu um subsídio para aquisição de livros, com resultados deveras apreciáveis segundo revelaram as estatísticas de leitura da prisão.

## 2.5. BIBLIOTECA NACIONAL

É evidente que a Rede Nacional de Leitura Pública terá que articular o seu funcionamento com a Biblioteca Nacional, tal como no Relatório de 1986 já era referido.

São de facto inúmeras as funções que uma Biblioteca Nacional deve desempenhar, de que poderiam beneficiar as bibliotecas de leitura pública.

Bastará referir, a título de exemplo, a importância de que a sua integração na PORBASE – Base Nacional de Dados Bibliográficos se poderá revestir.

Trata-se porém de uma questão que está a ser discutida, com diversos problemas por resolver, sobre a qual não se podem ainda fornecer elementos concretos.

## 2.6. BIBLIOTECAS ESCOLARES

No Relatório de 1986 também era abordado o problema das bibliotecas escolares, considerando-se que a respectiva “rede” (se é que lhe podemos chamar assim) funcionava precariamente, por carência de pessoal técnico, de livros e de instalações.

Aliás, já no Primeiro Congresso de BAD tinha sido apresentada uma comunicação intitulada “Que fazer das bibliotecas escolares” (PESSOA, 1985) que caracterizando as B.E., abordava de uma forma bem realista o problema e apresentava propostas e sugestões que acabaram por não ter resposta, mesmo que reflexões posteriores tenham levantado as mesmas questões de fundo (PESSOA, 1986; CABRAL, 1988; CALISTO, 1988).

Esperava-se que a aplicação concreta da Lei de Bases do Sistema Educativo (Dec. Lei 46/86 de 14 de Outubro de 1986) pudesse contribuir para melhorar tal estado de coisas, mas o seu articulado logo à partida não prestava grande atenção à existência das bibliotecas escolares, considerando-as integradas, com as mediatecas, na rubrica *outros recursos educativos* (art. 41-2), sem quaisquer especificações. Mais à frente referiam-se as *bibliotecas centrais de educação (em especial dirigidas aos professores e outros profissionais de educação)*, quando se descreviam os centros regionais de recursos educativos (art. 41-3) que, até ver, ainda não produziram nada de concreto neste domínio.

Esforços isolados, um pouco por todo o país, mostram o interesse que alguns professores dedicam à existência das bibliotecas escolares, mas tal é claramente insuficiente e apesar da boa vontade demonstrada, estas iniciativas estão na generalidade votadas ao fracasso no final de cada ano. Basta apenas que mude o professor responsável pela biblioteca e quase sempre todo o trabalho feito vai por água abaixo.

Torna-se cada vez mais urgente criar ou reformular as bibliotecas

escolares, instalá-las em espaços condignos, dotá-las com fundos adequados e pessoal habilitado, preparar os professores responsáveis, formar e incentivar os alunos a frequentá-las, já que eles serão os futuros leitores, os futuros utilizadores da biblioteca municipal.

A articulação das bibliotecas escolares com a biblioteca municipal deve ser incentivada, sobretudo para melhor dar a conhecer esta última e estimular à sua frequência, mas sempre encarando-a como complemento e não como substituto das suas funções.

Há algumas experiências interessantes neste campo, como p.ex. as da Biblioteca Municipal de Famalicão (empréstimo de caixas de livros) ou da Biblioteca Pública de Braga (actividades de animação de leitura) que merecem ser divulgadas.

É sem dúvida imperioso que o Ministério da Educação se aperceba da necessidade absoluta da existência de boas bibliotecas escolares, mas também é preciso que os próprios professores a façam sentir.

De qualquer forma, trata-se de um sector demasiado específico, com problemas próprios muito concretos, mas que aqui não podemos abordar em profundidade, até por desconhecimento de alguns aspectos.

## 2.7. FUNDOS DOCUMENTAIS

### 2.7.1. FUNDOS BIBLIOGRÁFICOS

É evidente que o êxito e o impacto de uma biblioteca junto da comunidade que serve ou deveria servir depende essencialmente das colecções que põe à disposição do público.

A constituição desses fundos tem sido, por isso, uma das principais preocupações dos responsáveis pelo programa de leitura pública, não se podendo esquecer que o IPLL comparticipa com 50% na compra das obras que os constituirão e na sua regular actualização durante a vigência dos contratos-programas.

Já no Relatório de 1986 esta questão era abordada, tendo sido depois desenvolvida em diversas ocasiões, nomeadamente nas Semanas das Bibliotecas Públicas e no II Encontro Luso Espanhol de Bibliotecas Públicas (PORTILHEIRO, 1989).

Os critérios básicos da constituição dos fundos bibliográficos são bem conhecidos, embora sempre polémicos. O carácter enciclopédico e a diversidade desses fundos, o pluralismo, visando permitir o acesso aos diversos pontos de vista e correntes de opinião, os diferentes graus de abordagem dos assuntos são princípios universais que, aliados à necessidade constante de actualização, podem ser decisivos na implantação da biblioteca na comunidade. E não se

pode esquecer que esses fundos terão como destinatários crianças e adultos de diferentes idades, formação escolar, necessidades culturais e inserção social.

Nos programas-tipo propostos pelo IPLL vem indicado o número mínimo de volumes que inicialmente as bibliotecas de cada tipo devem possuir: BM1 - 14.000 vol. (1.500 actualização anual); BM2 - 34.000 vol. (3.000 actualizações); BM3 - 38.000 vol. (3.500 actualizações).

Alguns problemas levantam a selecção e aquisição dessas obras. Segundo a última edição do catálogo dos "Livros Disponíveis" (Lisboa, APEL, 1989) existem à venda em Portugal cerca de 35.000 títulos e editam-se por ano cerca de 4.000 livros novos (APEL, 1987). Porém, a informação bibliográfica é ainda escassa, o conhecimento da edição portuguesa é reduzido, mesmo por parte dos que trabalham nas bibliotecas e são poucas as livrarias minimamente apetrechadas existentes fora dos grandes centros urbanos. Isto já para não falarmos na dificuldade que os bibliotecários muitas vezes sentem em definir critérios de selecção que se devem seguir para a constituição das colecções. Entretanto, aguarda-se que o anunciado INFOLIVRO (base de dados de informação bibliográfica) comece efectivamente a funcionar e se torne acessível.

Para obviar, de certa maneira, alguns dos problemas atrás apontados, o IPLL promoveu e financiou a edição de uma bibliografia (BAD-GTBP, 1987) que procura ajudar os bibliotecários a constituírem o fundo mínimo das suas bibliotecas. Deste trabalho certamente discutível, com diversas lacunas e deficiências, embora de alguma utilidade para as bibliotecas que estão a nascer, vai ser publicado no corrente ano uma segunda edição corrigida e actualizada.

De qualquer modo, os bibliotecários, como principais responsáveis pela escolha que fazem, nunca poderão esquecer que as colecções de uma biblioteca pública devem reflectir os interesses de toda a comunidade.

## 2.7.2. AUDIOVISUAIS

Os problemas referidos relativamente à constituição dos fundos bibliográficos, levantam-se ainda com maior acuidade quando falamos de audiovisuais.

Também aqui o IPLL estabeleceu os seus mínimos, como se pode ver nos quadros relativos aos programas-tipo (anexo E).

Mas neste caso a oferta é menor, embora não se conheçam números exactos, e a informação é muito mais escassa, não existindo, p.ex., nada de semelhante ao catálogo dos Livros Disponíveis ou boletins da especialidade que auxiliem o responsável pelas aquisições deste género de fundos.

Ao que sabemos, o IPLL/DSLIP está a organizar uma listagem dos Compact Disc disponíveis no mercado português, trabalho que se revelará de extraordinária utilidade para os bibliotecários de leitura pública, naturalmente inexperientes neste domínio.

Outras questões existem, como p.ex. a opção a fazer entre os discos de vinil e os CD, o recurso às cassettes-audio, o problema dos direitos de autor e o visionamento ou empréstimo das cassetes-video nas bibliotecas públicas, que terão de ser cuidadosamente estudadas.

### 2.7.3. PROGRAMA PALESE

Uma outra preocupação dos responsáveis pelo programa de Leitura Pública centra-se no acesso que os deficientes visuais podem ter às obras literárias e outros impressos.

Por essa razão foi criado, no âmbito da Direcção de Serviços de Leitura Pública, o PALESE, Programa de Apoio à Leitura em Suportes Especiais.

Este programa nasce essencialmente da riquíssima experiência que a Biblioteca Pública Municipal do Porto tem neste domínio, expressa na existência da sua Biblioteca Sonora possuidora de mais de 1.200 títulos gravados e que, mercê de um protocolo assinado com a SEC, vão tornar-se acessíveis às bibliotecas municipais interessadas.

Com essa finalidade e com o apoio do IPLL foi já publicada uma edição integral do catálogo de gravações (BPMP, 1988) que será anualmente actualizado.

Quanto à produção e distribuição do livro "braille", este encontra-se no âmbito da Biblioteca Nacional, que igualmente possui uma biblioteca sonora.

## 2.8. INFORMATIZAÇÃO

A introdução das novas tecnologias e sobretudo a urgência da informatização das bibliotecas integradas na rede de leitura pública levantam diversos problemas, inicialmente abordados em comunicação apresentada por técnicos do IPLL (ALVAREZ, 1989) a um Encontro profissional. Recentemente, no seio do IPLL, foi criado um Grupo de Trabalho para a Informatização da Rede de Leitura Pública o qual apresentou uma proposta que *assenta na constituição de um Catálogo Colectivo de Leitura Pública, como instrumento normalizador, possibilitando a gestão integrada de todas as rotinas e serviços prestados pelas bibliotecas municipais e garantindo o controlo e a gestão da rede pelo IPLL.*

*Considerando que a maioria dos registos bibliográficos do Catálogo Colectivo de Leitura Pública já estão tratados na PORBASE, no que diz respeito à bibliografia nacional, propõe-se que, numa perspectiva de economia e optimização dos recursos humanos, financeiros e materiais, esta informação seja fornecida pela Biblioteca Nacional, em condições a acordar entre o IPLL e a BN, e com o acordo de S. Ex<sup>a</sup>. o Secretário de Estado da Cultura.*

*Neste sentido, a constituição do Catálogo Colectivo de Leitura Pública traduzirá não só uma política de cooperação entre as duas instituições mas também a optimização dos investimentos realizados pela Biblioteca Nacional na produção da PORBASE e pelo IPLL na implementação do projecto de informatização da Rede de Leitura Pública.*

## 2.9. FORMAÇÃO

Num dos painéis deste Encontro serão abordados em profundidade os problemas de formação, mas duas ou três notas devem ser aqui lembradas.

Os contratos-programa obrigam à contratação para além dos bibliotecários, de técnicos auxiliares com formação adequada a qual, até 1989, era garantida pela BAD através da realização de cursos de técnicos-auxiliares. Foram ainda organizados dois cursos técnico-profissionais dirigidos aos futuros funcionários das bibliotecas municipais, por iniciativa do IPLL.

A partir de agora, essa formação está integrada nos programas do ensino secundário ou nas escolas profissionais, encontrando-se neste momento em funcionamento apenas dois cursos, um em Lisboa, outro no Porto. Quer isto dizer que só daqui a três anos haverá novos técnicos profissionais de BAD, o que poderá causar graves problemas às bibliotecas municipais.

Quanto à formação superior, existem três cursos de Especialização em Ciências Documentais, em Lisboa, Porto e Coimbra. Especificamente sobre Leitura Pública existe apenas uma disciplina semestral, de opção.

Os novos desafios e exigências que as bibliotecas de leitura pública encerram, obrigam a que se torne necessário repensar os "currícula" destes cursos ou, pelo menos, a disciplina até agora intitulada "Leitura Pública". Especializações no sector infantil ou relativamente aos audiovisuais devem começar a ser encaradas como extremamente necessárias.

E, para além do problema do "numerus clausus" (deveria ser reservada uma percentagem de vagas para os futuros bibliotecários municipais) talvez não seja dispiciendo começar a pensar na criação de incentivos para atrair e fixar bibliotecários e técnicos profissionais de BAD nos municípios do interior.

### 3. ACTIVIDADES LIGADAS À LEITURA PÚBLICA

Em 1983, como vimos, teve início toda a movimentação que conduziu à situação actual da leitura pública em Portugal, em que a esperança se começa a concretizar no quotidiano.

A partir dessa data foram inúmeras as actividades que, por iniciativa do IPLL, da BAD, das bibliotecas municipais, dos municípios ou das suas Associações se realizaram, sempre com o objectivo de tornar o projecto da Leitura Pública uma realidade em todo o país.

Sem a pretensão de exaustividade e correndo mesmo o risco de omissões injustas, vamos enumerar algumas dessas actividades.

#### 3.1. ACÇÕES DE FORMAÇÃO, COLÓQUIOS, ENCONTROS, ETC.

Seminário sobre "Animação de Bibliotecas"/J. Tabet (IPL, BAD-Lisboa, 1983)

Seminário sobre "Planeamento de Bibliotecas"/J. Tabet (IPL, BAD-Lisboa, 1983)

Seminários sobre "Animação de Bibliotecas"/M. J. Moura, H. B. Nunes (BAD, IPL-Braga, 1983; Montemor-o-Novo e Setúbal, 1984)

Curso de Organização e Animação de Pequenas Bibliotecas/J. Portilheiro, H. B. Nunes (BAD, FAOJ-Santarém, 1985)

Semanas de Trabalho das Bibliotecas Municipais (IPLL-Lisboa, 1986 e 1988)

Seminário Espano-Português sobre Bibliotecas Públicas (Min. Cultura Espanha-Navas del Marqués, 1987)

Encontro Luso-Espanhol sobre Bibliotecas Públicas (IPLL, BAD-Espinho, 1989)

Seminário sobre "Concepção de bibliotecas públicas"/J. Gascuel (IPL, BAD-Lisboa, 1986)

Seminário sobre "Biblioteca pública e comunidade"/E. Suaiden (IPLL, BAD-Lisboa, 1988)

Seminário sobre "Bibliotecas infantis"/C. Hourcade (IPLL, BAD-Lisboa, 1989)

Jornadas Regionais de Leitura Pública (Sintra, 1986), de que foram publicadas as respectivas actas (JORNADAS, 1986)

Encontros sobre a Função Social das Bibliotecas Públicas (Associação Municípios Distrito Setúbal-Barreiro, 1987; Palmela, 1989)

Colóquio 75 anos da Biblioteca Municipal (B.M. Famalicão, 1988)

Colóquio comemorativo dos 25 anos do Serviço de Bibliotecas Itinerantes e Fixas (Fundação Calouste Gulbenkian – Lisboa, 1983)

Conferências e palestras em diversos pontos do país, proferidas por bibliotecários portugueses e estrangeiros.

### 3.2. ANIMAÇÃO DA LEITURA, DIVULGAÇÃO DO LIVRO, EXPOSIÇÕES E OUTAS INICIATIVAS

O IPLL tem aproveitado a Feira do Livro de Lisboa para dar a conhecer os seus objectivos e realizações.

Em 1984 apresentou aí a exposição "Bibliotecas e Leitura Pública", que depois circulou por inúmeras localidades do país, dando aso à realização de palestras e colóquios que pretendiam mostrar como poderiam ser as futuras bibliotecas, sensibilizando os autarcas e demais responsáveis.

Em 1989 uma nova exposição na Feira do Livro procurava reproduzir o interior de uma moderna biblioteca de leitura pública e exemplificar os serviços que podia prestar. Um programa de animação organizado com a colaboração da BAD, que incluiu debates, colóquios e encontros com escritores preencheu este espaço, para o qual o IPLL editou um desdobrável, um cartaz sobre literatura infantil e auto-colantes.

Inúmeras actividades de animação que procuram dar uma nova imagem da biblioteca, atrair o leitor ou levar o livro ao seu encontro, têm sido regularmente realizadas por diversas BMs, com assinalável impacto junto da população, nomeadamente as iniciativas dirigidas ao público mais jovem.

Se em Sines ou em Espinho o livro pode ser encontrado na praia, em Famalicão ou na Moita é levado para o jardim e para as escolas e no Seixal atinge infantários e lares da terceira idade.

Braga privilegia os encontros com escritores e jornalistas e o lançamento de novos livros (BPB, 1988) e o Porto realiza exposições de grande nível, para as quais produz excelentes catálogos. Boletins, revistas, livros, guias, cartazes, desdobráveis, auto-colantes são editados regularmente por muitas bibliotecas.

Em Viana do Castelo há conferências na biblioteca com grande frequência, na de Palmela e noutras promovem-se feiras do livro.

Mas no Barreiro, (a primeira a ser programada de acordo com as modernas concepções), em Mirandela (que teve um papel pioneiro em Trás-os-Montes), na Póvoa do Varzim, em Vila Nova de Gaia, em Montemor-o-Novo e em muitos outros concelhos a biblioteca municipal transformou-se numa realidade que ninguém ignora. É de realçar, p.ex., o que tem sido feito no distrito de Setúbal (AMDS, 1989).

Por isso se celebra o Dia das Bibliotecas Municipais no distrito de Setúbal, em Viana do Castelo vai ser erguido um monumento de "Elogio à

Leitura" e no Seixal um painel de A. Negreiros sobre o "Prazer da Leitura".

Enfim, esta é uma pálida amostra do que tem sido feito em Portugal nos últimos anos para atrair, conquistar ou reter leitores e transformar as bibliotecas municipais em indispensáveis centros culturais, ao serviço da totalidade dos membros das comunidades em que se inserem.

#### 4. CONSTRUIR O FUTURO

Torna-se evidente que o programa nacional de leitura pública não pode ser dado como completo no final dos cinco anos de vigência dos contratos-programa que ligaram o IPLL às 90 autarquias contempladas (MOURA, 1989; NUNES, 1989)

Não só é preciso continuar a incentivar e a apoiar a actividade dessas bibliotecas e criar redes concelhias, como se torna imperioso cobrir o resto do país com equipamentos dignos desse nome, não esquecendo que nos grandes centros urbanos, onde existem importantes bibliotecas, está quase tudo ainda por fazer.

A elaboração de legislação adequada e de normas baseadas na experiência destes cinco anos deve tornar-se um dos objectivos do IPLL, bem como a criação de estruturas de apoio regional, que possam acompanhar a elaboração dos projectos, a construção das bibliotecas e o cumprimento dos programas, evitando modificações ou tentativas de alteração ao que está estabelecido nos contratos.

O conhecimento dos hábitos de leitura dos portugueses e dos utilizadores das bibliotecas, baseado em inquéritos científicos rigorosos, a informação sistemática sobre a actividade editorial, a generalização das actividades de cooperação entre as bibliotecas são pontos que também não podem ser descurados.

O papel da biblioteca pública como centro de informação ao serviço da comunidade, essencial para o seu desenvolvimento e progresso e importante para a melhoria da qualidade de vida das populações, deve ser valorizado e divulgado de todas as maneiras.

Enfim, é necessário desenvolver uma grande operação de marketing em todo o país, para que ninguém ignore a existência das bibliotecas de leitura pública e dos inúmeros serviços que, no dia a dia, podem prestar a toda a comunidade, sobretudo no que diz respeito ao acesso à informação.

Não é possível construir o futuro e afirmar a nossa identidade cultural se não possuímos bibliotecas abertas a todos – bibliotecas que sejam refúgio da memória, presença do quotidiano, espaço de interrogação.

## NOTAS

<sup>1</sup> É difícil conhecer ao certo os hábitos de leitura dos portugueses. A APEL divulga regularmente os resultados dos inquéritos que tem mandado realizar nos anos mais recentes. De acordo com o último, efectuado em Fevereiro de 1989, 47,7% da população residente no Continente Português, maior de 15 anos costuma ler livros, mas no ano anterior só 33,2% dos portugueses teriam esse hábito. Como se poderá justificar tão grande diferença? (APEL, 1989 - anexo H).

As estatísticas do INE relativas à leitura nas bibliotecas municipais também nos parecem pouco elucidativas, porque os critérios com que são elaboradas não são uniformes em todo o país.

Razão terá António Reis que afirmou no Colóquio dos 75 Anos da Biblioteca Municipal de Famalicão: em Portugal há cada vez mais gente a ler cada vez menos e uma elite que lê cada vez mais ("Jornal de Notícias", 07 Out.1988).

<sup>2</sup> Isto é, bibliotecas instaladas em edifícios municipais, com fundos próprios e pessoal contratado pelo município. Não foram portanto consideradas as Bibliotecas Fixas da Gulbenkian, mesmo que instaladas em edifícios pertencentes ao município ou com pessoal por este contratado.

<sup>3</sup> Não foi intenção do Grupo de Trabalho elaborar normas, nesta fase do trabalho. Preferiu-se definir um conjunto de critérios que se julgam adequados à nossa realidade actual, mas cuja coerência e flexibilidade deverão ser postas à prova numa fase experimental. O mesmo se passa, aliás, em relação à legislação que, quando surgir deverá ser sancionada pela prática (MOURA, 1986, p.15).

## BIBLIOGRAFIA

ALVAREZ, 1989 – ALVAREZ, José Carlos; BARRETO, Rosa – *Informática e novas tecnologias nas bibliotecas municipais* [comunicação apresentada ao II Encontro Luso-Espanhol de Bibliotecas Públicas, Espinho, 1989] (no prelo).

AMDS, 1989 – ASSOCIAÇÃO DOS MUNICIPIOS DO DISTRITO DE SETÚBAL – *O distrito de Setúbal e a leitura pública: exposição*. Setúbal, AMDS, 1989.

APEL, 1986 – ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE EDITORES E LIVREIROS – *A edição de livros em Portugal: estatísticas 1986*. Lisboa, APEL, 1987.

APEL, 1987 – ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE EDITORES E LIVREIROS – *A edição de livros em Portugal: estatísticas 1987*. Lisboa, APEL, 1988.

- API989 – ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE EDITORES E LIVREIROS, *Hábitos de leitura e de compra de livros em Portugal: estudo de mercado*. “Livros de Portugal”, Lisboa, 2(6) Jun. 1989, p. 13-20; 2(7) Jul. 1989, p. 11-24; 2(8/9) Ago.-Set. 1989, p. 13-23.
- BA7BP, 1983 – ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS. Grupo de Trabalho das Bibliotecas Públicas – *Grupo de Trabalho das Bibliotecas Públicas: objectivos e propostas de acção*. Lisboa, BAD, 1983 (documento dactilografado).
- BA7BP, 1987 – ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS, Grupo de Trabalho das Bibliotecas Públicas – *Seleção bibliográfica para as bibliotecas de leitura pública*. Lisboa, 1987.
- BP188 – BIBLIOTECA PÚBLICA DE BRAGA – *Bibliotecas: memórias e mais dizeres*. Braga, Biblioteca Pública, 1988.
- BP11988 – BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL DO PORTO. Biblioteca Sonora – *Catálogo de gravações: 1981-1987*. Porto, BPMP, 1988.
- CAL, 1988 – CABRAL, Luis – *A biblioteca escolar: problemas e perspectivas de desenvolvimento*. “Bibliotheca Portucalensis”, Porto, 2.ª série (3) 1988, p. 71-81.
- CAIO, 1988 – CALISTO, José António – *Contra o bloqueio às bibliotecas escolares*. “Jornal de Letras, Artes e Ideias...”, Lisboa, 26 Mar. 1988, p. 6 JE.
- FIGREDO, 1989 – FIGUEIREDO, Fernanda Eunice – *Biblioteca Pública: o que é?* Palmela, Câmara Municipal, 1989.
- GAEL, 1987 – GASCUEL, Jacqueline – *Um espaço para o livro: como criar, animar ou renovar uma biblioteca*. Lisboa, D. Quixote, 1987.
- GUNKIAN, 1984 – FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN – *Vinte e cinco anos ao serviço da leitura*. “Bol. Cultural Fund. Calouste Gulbenkian. Serviço de Bibliotecas Itinerantes e Fixas”, Lisboa, 6 série (2), Jun. 1984.
- IFL186 – INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS (IFLA) – *Orientacións para as bibliotecas públicas*. Madrid, Ministério da Cultura, 1988.
- IPL189 – PORTUGAL. Instituto Português do Livro e da Leitura – *Programa de apoio às bibliotecas municipais*, Lisboa, IPLL, 1989.
- JODAS, 1986 – JORNADAS REGIONAIS DE LEITURA PÚBLICA, 1, Sintra, 1986 – *Actas: I Jornadas Regionais de Leitura Pública: Margem Norte do Tejo e Região Oeste*. Sintra, 1987.

- M.STO, 1983 – *A leitura pública em Portugal: manifesto*. “Cadernos de Bibl. Arq. Doc.”, Lisboa, 1, 1983, p. 11-14.
- Ml, 1986 – MOURA, Maria José (coord.) – *Leitura pública: rede de bibliotecas municipais*. Lisboa, Secretaria de Estado da Cultura, 1986.
- Ml, 1987 – MOURA, Maria José (coord.) – *Projecto de apoio às bibliotecas municipais: relatório complementar*. Lisboa, SEC, 1987.
- Ml, 1987 – MOURA, Maria José – *Para uma política de leitura pública* in CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS, 2, Coimbra, 1987 - “A integração europeia: um desafio à informação: actas”, Coimbra, Minerva, 1987, p. 521-528.
- Ml, 1989 – MOURA, Maria José – *Plano Nacional de Leitura Pública*. [comunicação apresentada ao 2.º Encontro Luso-Espanhol de Bibliotecas Públicas, Espinho, 1989] (no prelo).
- Ml, V., 1986 – MOURA, Vasco Graça e outros – *Elenco de medidas concretas e intersectoriais com vista à solução dos problemas detectados e à concretização de uma política do livro português*. “Livros de Portugal”, Lisboa, 44, Mar. 1986, p. 19-29; 45, Abr. 1986, p. 15-21; 46, Maio 1986, p. 5-12; 47, Jun. 1986, p. 5-15.
- Nl 1986<sup>1</sup> – NUNES, Henrique Barreto; PORTILHEIRO, Joaquim; CABRAL, Luis – *Bibliotecas e leitura pública em tempo de mudança*. Porto, BAD, 1986.
- Nl 1986<sup>2</sup> – NUNES, Henrique Barreto – *As bibliotecas de leitura pública em Portugal: breve resenha histórica* in, MOURA, Maria José (coord.) – “Leitura pública: rede de bibliotecas municipais”, Lisboa, SEC, 1986, p. 7-10.
- Nl 1987 – NUNES, Henrique Barreto – *Biblioteca Pública de Braga: memória e mudança*. “Forum”, Braga, 1, Mar. 1987, p. 14-26, il.
- Nl 1989 – NUNES, Henrique Barreto – *A biblioteca e o quotidiano: memórias, afectos e algumas banalidades*. “Forum”, Braga, 6, Out. 1989, p. 93-102
- PA, 1985 – PESSOA, Ana Maria – *Que fazer das bibliotecas escolares* in CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS, 1, Porto, 1985 - “A informação em tempo de mudança: actas”, vol. 1, Porto, BAD, 1985, p. 43-46.
- PA, 1986 – PESSOA, Ana Maria – *Bibliotecas escolares: presente e futuro*. “Diário de Notícias”, Lisboa, 7 Set. 1986.
- PHEIRO, 1983 – PORTILHEIRO, Joaquim – *A leitura pública uma batalha urgente e necessária*. “Cad. Bibl. Arq. Doc.”, Lisboa, 2, 1983, p. 13.19.

PORHEIRO, 1989 – PORTILHEIRO, Joaquim – *A aquisição dos fundos bibliográficos numa biblioteca municipal*. [comunicação apresentada ao 2.º Encontro Luso-Espanhol de Bibliotecas Públicas, Espinho, 1989] (no prelo).

SIL\987 – SILVA, Vera – *Como fazer o programa para a construção de uma biblioteca municipal*. Lisboa, IPLL, 1987.

## ANEXO A

### SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA

#### Gabinete do Secretário de Estado

**Desp. 23/86** – Na sequência das conclusões da comissão nomeada pelo Desp. 155/85, considera-se desejável que, progressivamente, todo o País venha a ser dotado de uma rede de bibliotecas públicas, as quais, funcionando em moldes adequados às exigências do mundo actual, contribuirão para fomentar um desenvolvimento equilibrado e para, de forma efectiva, assegurar às populações o direito à cultura.

Com efeito, o estabelecimento de uma política nacional de leitura pública assentará fundamentalmente na implantação e funcionamento regular e eficaz de uma rede de bibliotecas municipais, assim como no desenvolvimento de estruturas que, a nível central e local, mais directamente as possam apoiar.

Considerando que se torna urgente definir as bases dessa política, determino que seja constituído, na directa dependência do meu Gabinete, um grupo com carácter pluridisciplinar que prepare a planificação de uma intervenção nesta área.

Nomeio para orientar e coordenar esse grupo de trabalho a Dr.<sup>a</sup> Maria José Moura, presidente do Conselho Nacional da Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, a qual deverá propor-me os nomes das personalidades que o vão integrar e também, para assegurar-lhe funcionalidade e eficácia, solicitar pontualmente os contributos de outras entidades e organismos que se julgarem convenientes. Os trabalhos deverão ter, desde logo, a colaboração do Instituto Português do Livro, o qual lhes prestará apoio permanente, através do técnico superior de 1.<sup>a</sup> classe Dr.<sup>a</sup> Maria Teresa Calçada.

O grupo de trabalho deverá apresentar-me:

1 – No prazo de três meses, propostas de medidas susceptíveis de serem tomadas de imediato no domínio orçamental e também no normativo, nomeadamente sobre responsabilização repartida das administrações central e autárquica, adaptação e construção de novos equipamentos, constituição de

*fundos bibliográficos adequados, formação profissional, dinamização do livro e da leitura e sensibilização do público.*

*2 – No prazo de oito meses, uma proposta de uma política nacional participada de leitura pública, estabelecendo fases, propondo os instrumentos e a articulação dos meios existentes ou a criar, eventualmente através de um conjunto de medidas de carácter legislativo e financeiro.*

*11-3-86 – A Secretária de Estado da Cultura, Maria Teresa Pinto Basto Gouveia.*

("Diário da República", Lisboa, 2.ª Série, 77, 3 Abr. 1986)

## ANEXO B

### MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

#### **Decreto-Lei n.º 71/87** de 11 de Fevereiro

*O Instituto Português do Livro (IPL), criado como serviço da Secretaria de Estado da Cultura pelo artigo 3.º, n.º 1, alínea h), do Decreto-Lei n.º 59/80, de 3 de Abril, regulamentado pelo Decreto Regulamentar n.º 17/80, de 23 de Maio, tinha como objectivo principal "zelar pela defesa, protecção e expansão do livro, enquanto instrumento de cultura".*

*A experiência recolhida com o funcionamento deste organismo demonstrou que, sendo o livro um instrumento de cultura, ele implica a consideração de um conjunto de actividades convergentes e complementares, que vão da criação intelectual à leitura, passando pela produção, distribuição e venda.*

*Muito embora a actuação do IPL se deva avaliar positivamente no quadro dos objectivos que se propôs, a realização de uma política integrada do livro e da leitura, que se considera mecanismo indispensável para alterar uma situação decorrente de problemas de ordem estrutural, justifica a criação de novo organismo, designado Instituto Português do Livro e da Leitura (IPLL), concebido e organizado de molde a permitir o conhecimento dos diversos factores referidos e a responder com eficácia às necessidades detectadas.*

*As atribuições agora confiadas ao IPLL têm como pressupostos a natureza supletiva da intervenção do Estado, o funcionamento do mercado baseado na capacidade e iniciativa das empresas editoras e na soberania do consumidor e o respeito pelo livre exercício da criação e da programação editorial.*

*Assim:*

*O Governo decreta, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o seguinte:*

## CAPÍTULO I

### Natureza e atribuições

*Artigo 1.º O Instituto Português do Livro e da Leitura, abreviadamente designado por IPLL, é um organismo dotado de autonomia administrativa e personalidade jurídica, integrado no departamento governamental de superintendência na área da cultura, com o objectivo de definir e assegurar, a nível nacional, a coordenação e execução de uma política integrada do livro não escolar e da leitura pública.*

*Art. 2.º – 1 – o IPLL orientará a sua actividade conceptual e operativa visando garantir uma actuação coordenada nos domínios:*

- a) Do livro, nomeadamente nos aspectos relativos à sua criação, edição e difusão;*
- b) Da leitura, particularmente nos aspectos relativos à rede nacional de leitura pública.*

*2 – Na prossecução das atribuições referidas, o IPLL assegurará ainda a necessária articulação entre todas as entidades públicas ou privadas que desenvolvam actividades nos domínios referidos, bem como a definição e execução de programas de formação para profissionais do sector, em colaboração com entidades competentes.*

*[...]*

*Art. 15.º A DSLP compreende as Divisões de Planeamento e Cooperação e de Desenvolvimento da Rede de Leitura Pública e compete-lhe assegurar a planificação e execução da política nacional de leitura pública, através, nomeadamente, da colaboração entre a administração central e autárquica.*

*Art. 16.º Compete à Divisão de Planeamento e Cooperação:*

- a) Desenvolver metodologias, nos planos técnico e normativo, que possibilitem a cooperação e o desenvolvimento coerente da rede de leitura pública;*
- b) Estudar a situação do País no domínio da leitura pública, através de inquéritos regulares e de outras formas apropriadas de diagnóstico;*
- c) Programar acções de sensibilização da população e das entidades que devem intervir na prestação deste serviço público;*
- d) Conceber e propor formas de articulação com outros organismos públicos e privados, com interesse nesta área, nomeadamente através do estabelecimento de convénios ou outros instrumentos adequados;*

- e) *Elaborar normas para a construção de novos equipamentos, organização dos fundos, recrutamento, formação e gestão de pessoal para as bibliotecas que integrem a rede de leitura pública;*
- f) *Preparar programas de incentivos às autarquias para implementação e desenvolvimento de bibliotecas municipais;*
- g) *Participar nos trabalhos dos organismos nacionais de normalização, em áreas de interesse público;*
- h) *Participar em acções de cooperação, a nível internacional, nacional e regional, que estimulem o aparecimento de novos públicos para a leitura.*

*7.º Compete à Divisão de Desenvolvimento da Rede de Leitura  
P<sub>1</sub>*

- a) *Dar execução às medidas de política de leitura pública e responsabilizar-se pelo seu controle periódico;*
- b) *Manter e coordenar equipas de orientação e consulta técnica para apoio diversificado às bibliotecas que integrem a rede de leitura pública;*
- c) *Planear medidas de intervenção global ou específica para o apoio a bibliotecas de carácter local ou regional;*
- d) *Promover programas de formação e actualização do pessoal das bibliotecas integrantes na rede de leitura pública;*
- e) *Incentivar a integração da cultura audio-visual e promover a utilização gradual das novas tecnologias no tratamento e difusão da informação nas bibliotecas já referidas.*

[...]

("Diário da República", Lisboa, 1.ª Série, 35, 11 Fev. 1987)

## ANEXO C

## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

**Decreto-Lei n.º 111/87**  
de 11 de Março

*Todos os cidadãos têm direito à cultura e à informação e ao Estado compete assegurar o exercício desses direitos.*

*O livro e a leitura permanecem como instrumentos privilegiados de acesso e democratização da cultura e, por consequência, também as bibliotecas destinadas a servir o público em geral, concebidas para dar resposta às suas necessidades em termos de informação, autoformação e ocupação dos tempos livres.*

*Uma política nacional participada de leitura pública assente numa rede de bibliotecas municipais que cubra todo o País surge, portanto, como um objectivo prioritário em termos de desenvolvimento cultural.*

*O Estado, ao empenhar-se no lançamento a nível nacional de uma política integrada neste domínio, atribui às autarquias, obviamente, a decisão sobre a prioridade de implantação das bibliotecas municipais e a responsabilidade pelo seu funcionamento.*

*Mas, conhecidas que são as grandes carências do sector, em múltiplos aspectos, julga-se que caberá à administração central oferecer uma cooperação técnico-financeira de largo alcance, contribuindo, pelo seu lado, para que tão importantes instituições sirvam plenamente os objectivos dessa política inovatória e correspondam, na sua desejável diversidade, aos verdadeiros interesses das populações que às autarquias locais compete auscultar e satisfazer, tendo para o efeito, sido consultada a Associação Nacional de Municípios.*

*Nestes termos:*

*O Governo decreta, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o seguinte:*

*Artigo 1.º Para a execução de uma política integrada de desenvolvimento da leitura pública no quadro da rede de bibliotecas municipais, o Ministério da Educação e Cultura é autorizado, nos termos do artigo 14.º da Lei n.º 1/87, de*

6 de Janeiro, a estabelecer, através do Instituto Português do Livro e da Leitura, com os municípios contratos-programas nos quais se regulamente aquilo que for necessário à intervenção complementar de ambas as partes.

Art. 2.º *Compete aos municípios a apresentação ao Ministério da Educação e Cultura de um programa de intervenção, nos termos definidos no presente diploma.*

Art. 3.º *Os contratos-programas referidos no artigo 1.º deverão ter um período de vigência mínimo de quatro anos e contemplar obrigatoriamente os seguintes elementos:*

- a) *Identificação, localização, construção ou adaptação de edifícios e respectiva área de protecção e reserva;*
- b) *Projecto, adjudicação, acompanhamento e vistoria final da obra;*
- c) *Definição das características do equipamento;*
- d) *Constituição e actualização periódica dos fundos documentais;*
- e) *Plano de actividades culturais.*

Art. 4.º *Ao Ministério da Educação e Cultura, independente-mente do apoio a conceder, que incide nas áreas enunciadas no artigo anterior, caberá promover a formação de pessoal técnico especializado, não podendo, em qualquer caso, suportar os encargos com o quadro de pessoal que os municípios venham a criar nem as restantes despesas permanentes.*

*Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 30 de Dezembro de 1986. – Aníbal António Cavaco Silva – Miguel José Ribeiro Cadilhe – Luís Francisco Valente de Oliveira – João de Deus Rogado Salvador Pinheiro.*

*Promulgado em 14 de Fevereiro de 1987.*

*Publique-se.*

*O Presidente da República, MÁRIO SOARES.*

*Referendado em 18 de Fevereiro de 1987.*

("Diário da República", Lisboa, 1.ª Série, 58, 11 Mar. 1987)

## ANEXO D

CÂMARAS MUNICIPAIS APOIADAS  
PELO IPLL (1990)

ABRANTES	LAGOS
ALCÁÇER DO SAL	LEIRIA
ALCOBAÇA	LOUSÃ
ALENQUER	MANGUALDE
ALIJO	MATOSINHOS
ALMEIRIM	MERTOLA
ANSIÃO	MIRA
AROUCA	MIRANDELA
ARGANIL	MOITA
ARRUDA DOS VINHOS	MONTALEGRE
AVEIRO	MONTEMOR-O-NOVO
BARCELOS	MONTIJO
BARREIRO	MOURA
BEJA	NISA
BRAGANÇA	ÓBIDOS
CALDAS DA RAINHA	OEIRAS
CANTANHEDE	OLIVEIRA DE FRADES
CAMPO MAIOR	OVAR
CARRAZEDA DE ANSIÃES	PAÇOS DE FERREIRA
CASTRO VERDE	PALMELA
CHAMUSCA	PEDROGÃO GRANDE
CONSTÂNCIA	PENAFIEL
CRATO	PONTE DE LIMA
ESPOSENDE	PORTALEGRE
FELGUEIRAS	PORTIMÃO
GOUVEIA	PORTO DE MÓS
GRANDOLA	PÓVOA DE VARZIM
GUIMARÃES	PROENÇA-A-NOVA
IDANHA-A-NOVA	SALVATERRA DE MAGO

SANTA COMBA DÃO  
SANTA MARIA DA FEIRA  
SANTIAGO DO CACÉM  
SÃO JOÃO DA MADEIRA  
SARDOAL  
SATÃO  
SEIA  
SETÚBAL  
SEIXAL  
SINES  
SOURE  
SOUSEL  
TOMAR  
TONDELA

TORRE DE MONCORVO  
TORRES VEDRAS  
VENDAS NOVAS  
VIANA DO CASTELO  
VILA DO CONDE  
VILA FLOR  
VILA FRANCA DE XIRA  
VILA NOVA DE CERVEIRA  
VILA NOVA DE FAMALICÃO  
VILA POUCA DE AGUIAR  
VILA REAL  
VILA VERDE  
VIMIOSO  
VISEU

Projecto Bibliopolis: LISBOA, PORTO, COIMBRA, BRAGA

Fonte: Instituto Português do Livro e da Leitura

## ANEXO E

**PROGRAMA TIPO**  
(Menos de 20000 habitantes)

<b>BIBLIOTECA MUNICIPAL 1</b>			
PONTOS FIXOS DE SERVIÇO:		<ul style="list-style-type: none"> <li>- Central: 578 m<sup>2</sup></li> <li>- Anexos (em número variável)</li> </ul>	
AQUISIÇÕES ANUAIS:		<ul style="list-style-type: none"> <li>- 1500 volumes</li> <li>- 150 documentos audiovisuais</li> </ul>	
PESSOAL TÉCNICO:		<ul style="list-style-type: none"> <li>- 1 Bibliotecário</li> <li>- 3 Técnicos Auxiliares de BAD</li> </ul>	
PROGRAMA	DOCUMENTAÇÃO	LUGARES SENTADOS	ÁREA
ÁTRIO.....	—	—	50 m <sup>2</sup>
SECÇÃO ADULTOS	Empréstimos..... 8000 Consulta Local..... 2000 Periódicos..... —	6 } 16 }	160 m <sup>2</sup>
SECÇÃO INFANTIL	Empréstimos..... 3000 Consulta Local..... 1000 Conto..... —	6 } 12 } 25	75 m <sup>2</sup> 25 m <sup>2</sup>
AUDIO – VIDEO (escuta e visionamento locais)	1250	10	70 m <sup>2</sup>
ÁREA POLIVALENTE .....	—	40	40 m <sup>2</sup>
<b>TOTAL SERVIÇO PÚBLICO .....</b>	<b>15250</b>	<b>115</b>	<b>420 m<sup>2</sup></b>
GABINETES DE TRABALHO .....	250	4	40 m <sup>2</sup>
SALA DE PESSOAL .....	—	—	8 m <sup>2</sup>
MANUTENÇÃO .....	250	1	20 m <sup>2</sup>
DEPÓSITO DE DOCUMENTOS .....	5500	—	40 m <sup>2</sup>
<b>TOTAL SERVIÇO INTERNO .....</b>	<b>6000</b>	<b>5</b>	<b>108 m<sup>2</sup></b>
TOTAL SERVIÇOS PÚBLICO E INTERNO.....		120	528 m <sup>2</sup>
CIRCULAÇÕES, SANITÁRIOS, LIMPEZA (10%)			50 m <sup>2</sup>
<b>TOTAL ÁREA ÚTIL .....</b>			<b>578 m<sup>2</sup></b>

**PROGRAMA TIPO**  
( 20 000 a 50 000 habitantes)

<b>BIBLIOTECA MUNICIPAL 2</b>			
PONTOS FIXOS DE SERVIÇO:		<ul style="list-style-type: none"> <li>- Central: 1149 m<sup>2</sup></li> <li>- Anexos (em número variável)</li> </ul>	
AQUISIÇÕES ANUAIS:		<ul style="list-style-type: none"> <li>- 3000 v.</li> <li>- 400 doc. a.v.</li> </ul>	
PESSOAL TÉCNICO:		<ul style="list-style-type: none"> <li>- 1 a 2 Bibliotecários</li> <li>- 6 Técnicos Auxiliares de BAD</li> </ul>	
PROGRAMA	DOCUMENTAÇÃO	LUGARES SENTADOS	ÁREA
ÁTRIO.....	—	—	110 m <sup>2</sup>
SECÇÃO ADULTOS	Empréstimos.....20000 Consulta Local.....5000 Periódicos.....—	}25000 40	322 m <sup>2</sup>
SECÇÃO INFANTIL	Empréstimos.....7000 Consulta Local.....2000 Conto.....—		
AUDIO – VIDEO (escuta e visionamento locais)	3000	12	80 m <sup>2</sup>
ÁREA POLIVALENTE .....	—	100	100 m <sup>2</sup>
<b>TOTAL SERVIÇO PÚBLICO .....</b>	<b>37000</b>	<b>234</b>	<b>829 m<sup>2</sup></b>
GABINETES DE TRABALHO .....	500	8	80 m <sup>2</sup>
SALA DE PESSOAL .....	—	—	10 m <sup>2</sup>
MANUTENÇÃO .....	500	2	30 m <sup>2</sup>
DEPÓSITO DE DOCUMENTOS .....	15000	—	110 m <sup>2</sup>
<b>TOTAL SERVIÇO INTERNO .....</b>	<b>16000</b>	<b>10</b>	<b>220 m<sup>2</sup></b>
TOTAL SERVIÇOS PÚBLICO E INTERNO..... CIRCULAÇÕES, SANITÁRIOS, LIMPEZA (10%)		244	1049 m <sup>2</sup> 100 m <sup>2</sup>
<b>TOTAL ÁREA ÚTIL .....</b>			<b>1149 m<sup>2</sup></b>

**PROGRAMA TIPO**

( mais de 50 000 habitantes)

<b>BIBLIOTECA MUNICIPAL 3</b>			
<b>PONTOS FIXOS DE SERVIÇO:</b>		- Central: 1650 m <sup>2</sup> - Anexos (em número variável)	
<b>AQUISIÇÕES ANUAIS:</b>		- 3500 v. + 1000/anexo - 400 doc. a.v. + 40/anexo	
<b>PESSOAL TÉCNICO:</b>		- 2 a 3 Bibliotecários e 8 Técnicos Auxiliares BAD + 1 Técnico Auxiliar de BAD/anexo	
<b>PROGRAMA</b>	<b>DOCUMENTAÇÃO</b>	<b>LUGARES SENTADOS</b>	<b>ÁREA</b>
ÁTRIO.....	—	—	160 m <sup>2</sup>
SECÇÃO ADULTOS	Empréstimos..... 20000 Consulta Local ..... 5000 Periódicos..... —	27000 } 16 } 44 }	420 m <sup>2</sup>
SECÇÃO INFANTIL	Empréstimos..... 9000 Consulta Local ..... 2000 Conto ..... — Atelier de expressão ..... —	11000 } 20 } 28 } 40 } 22 }	240 m <sup>2</sup> 40 m <sup>2</sup> 45 m <sup>2</sup>
AUDIO – VIDEO (escuta e visionamento locais)	4000	15	100 m <sup>2</sup>
ÁREA POLIVALENTE .....	—	130	130 m <sup>2</sup>
<b>TOTAL SERVIÇO PÚBLICO .....</b>	<b>42000</b>	<b>315</b>	<b>1135 m<sup>2</sup></b>
GABINETES DE TRABALHO .....	600	10	100 m <sup>2</sup>
SALA DE PESSOAL .....	—	—	15 m <sup>2</sup>
MANUTENÇÃO .....	600	3	50 m <sup>2</sup>
DEPÓSITO { CONSERVAÇÃO.....	18000	—	100 m <sup>2</sup>
{ DIFUSÃO.....	23700(3anex) 5000 Ad./anex 2500 in./anex 400 a.v./anex		100 m <sup>2</sup>
<b>TOTAL SERVIÇO INTERNO .....</b>	<b>42900</b>	<b>13</b>	<b>365 m<sup>2</sup></b>
<b>TOTAL SERVIÇOS PÚBLICO E INTERNO.....</b>		<b>328</b>	<b>1500 m<sup>2</sup></b>
<b>CIRCULAÇÕES, SANITÁRIOS, LIMPEZA (10%)</b>			<b>150 m<sup>2</sup></b>
<b>TOTAL ÁREA ÚTIL .....</b>			<b>1650 m<sup>2</sup></b>

## PROGRAMA TIPO

BIBLIOTECA MUNICIPAL EM DESENVOLVIMENTO			
PONTOS FIXOS DE SERVIÇO:		- Central: 181 m <sup>2</sup>	
AQUISIÇÕES ANUAIS:		- 750 v.	
PESSOAL:		- 1 a 2 Técnicos Auxiliares de BAD	
PROGRAMA	DOCUMENTAÇÃO	LUGARES SENTADOS	ÁREA
ÁTRIO.....	—	—	16 m <sup>2</sup>
SECÇÃO ADULTOS	Empréstimos.....	3000	2 } — } 8 } 80 m <sup>2</sup>
	Consulta Local.....	—	
	Periódicos.....	1000	
SECÇÃO INFANTIL	Empréstimos.....	1500	4 } — } 4 } 37 m <sup>2</sup>
	Consulta Local.....	—	
	Conto.....	250	
AUDIO – VIDEO	350	3	20 m <sup>2</sup>
<b>TOTAL SERVIÇO PÚBLICO</b> .....	6100 doc.		
	4000 adultos 1750 inf. 350 a.v.		
GABINETES DE TRABALHO .....	80 doc.	1	12 m <sup>2</sup>
<b>TOTAL SERVIÇO INTERNO</b> .....		1	12 m <sup>2</sup>
TOTAL SERVIÇOS PÚBLICO E INTERNO.....	—	22	165 m <sup>2</sup>
CIRCULAÇÕES, SANITÁRIOS, LIMPEZA (10%)	—	—	16 m <sup>2</sup>
<b>TOTAL ÁREA ÚTIL</b> .....			181 m <sup>2</sup>

Fonte: Portugal. Instituto Português do Livro e da Leitura  
 – Programa de apoio às bibliotecas municipais. Lisboa, IPLL, 1989.

## ANEXO F

## PROJECTO BIBLIOPOLIS

*O Projecto Bibliopolis insere-se no desenvolvimento da rede nacional de leitura pública e destina-se a apoiar técnica e financeiramente bibliotecas públicas em grandes centros urbanos.*

*Para além da sujeição aos princípios gerais definidos nos conceitos operativos do Relatório Rede Nacional de Leitura Pública, de Julho de 1986, os municípios a apoiar no âmbito do Projecto Bibliopolis deverão necessariamente comprometer-se a constituir redes concelhias de bibliotecas.*

*Poderemos, de facto, dizer que este Projecto assenta na constituição de redes, pressupondo a criação de anexos e definindo previamente a sua articulação com a biblioteca central, em grandes centros urbanos.*

*Por conseguinte, os critérios de selecção para apoio técnico-financeiro a prestar pelo IPLL deverão passar, necessariamente, não só pela apreciação do projecto da biblioteca central mas também pelo planeamento da rede concelhia de bibliotecas.*

*Tendo em conta a experiência de 1987 e 1988, torna-se a difícil ou mesmo impossível, quanto ao Porto e a Coimbra, qualquer intervenção na concepção das respectivas bibliotecas centrais, por, no último caso, se tratar de projecto muito antigo e prestes a concluir-se a sua construção, e, no primeiro, por estar instalada em edifício adaptado, concebido para biblioteca de conservação. Assim, no caso destas duas bibliotecas centrais o apoio do IPLL não deverá incidir em obras de construção, mas apenas no que respeita a equipamentos e fundos.*

*Contudo, é evidente que a aplicação dos princípios gerais defendidos para o plano de leitura pública (livre acesso, empréstimos domiciliários, fundos pluralistas e actualizados, diversidade nos suportes de informação, etc.) dever-se-á, obviamente, manter na concepção e planeamento das referidas redes e mais concretamente nos anexos a projectar, incluindo a sua articulação com a biblioteca central.*

## PRESSUPOSTOS E CONCEITOS BÁSICOS DO PROGRAMA BIBLIOPOLIS

1 – Apoio a grandes centros urbanos cuja área de influência ultrapasse, em termos populacionais, os 100 000 habitantes.

2 – A dimensão populacional não é, por si só, dado suficiente para se considerar determinado centro urbano como automaticamente abrangido pelo Projecto Bibliopolis. De facto, a aplicação do respectivo programa pressupõe a existência de fortes tradições culturais e um conjunto de infra-estruturas, incluindo bibliotecas de diferentes tipos, exercendo funções de complementaridade. Assim, e em princípio, só as cidades de Lisboa, Porto, Coimbra e Braga reúnem hoje condições para nele se integrarem.

3 – Obrigatoriedade da constituição de uma rede concelhia de bibliotecas, com a criação de anexos, em articulação com a estrutura central. A concepção e o planeamento dessa rede deverá ser estudada conjuntamente pelo município e pelo IPLL e os princípios básicos mais gerais do seu funcionamento serão os já definidos nos conceitos operativos do Relatório. *Leitura Pública – Rede de Bibliotecas Municipais*, de Julho de 1986, da Secretaria de Estado da Cultura.

4 – Política de cooperação neste sector com concelhos limítrofes, implicando eventualmente planos intermunicipais para determinadas finalidades (bibliotecas itinerantes ou outras acções de maior dimensão).

5 – No Programa Bibliopolis poderão estar incluídos outros subprogramas, nomeadamente o do apoio à leitura em suportes especiais – PALESE, que têm em vista os deficientes.

6 – Segundo as recomendações da INTAMEL (*International Association of Metropolitan City Libraries*), da IFLA, poder-se-ão ainda estudar outras formas específicas de concepção de novos espaços para grandes centros urbanos de população superior a 500.000 habitantes.

("Diário da República", Lisboa, 2.<sup>a</sup> Série, 241, 18 Out. 1988)

## ANEXO G

## PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

**Decreto-Lei n.º 186/88**  
de 27 de Maio

*O Decreto-Lei n.º 71/87, de 11 de Fevereiro, veio criar o Instituto Português do Livro e da Leitura (IPLL), organismo que traduz as novas orientações definidas para a prossecução de uma política mais coerente e integrada visando o livro e a leitura.*

*Por outro lado, a competência na área das bibliotecas e do património bibliográfico passou, sucessivamente, da Inspeção Geral das Bibliotecas e Arquivos, criada em 1931, para a Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes, em 1965, e, por fim, para o Instituto Português do Património Cultural (IPPC), em 1980.*

*Recentemente, reconhecendo-se a necessidade de coordenar a política arquivística do País e de planificar o sistema nacional de arquivos, foi criado o Instituto Português de Arquivos, fazendo transitar para esse novo organismo os arquivos anteriormente dependentes do IPPC, ao mesmo tempo que eram extintos o respectivo Departamento de BASD e a Divisão de Arquivos e de Serviços de Documentação.*

*Posto isto, transferem-se para o IPLL as atribuições e competências em matéria de salvaguarda do património bibliográfico anteriormente cometidas ao IPPC e ainda os correspondentes meios financeiros, humanos e materiais.*

*Assim:*

*Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:*

*Artigo 1.º O artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 71/87, de 11 de Fevereiro, passa a ter a seguinte redacção:*

*Art. 15.º A DSLP compreende as Divisões de Planeamento e Cooperação, de Desenvolvimento da Rede de Leitura Pública e de*

*Património Bibliográfico, tendo como atribuições assegurar a planificação e execução da política nacional de leitura pública. através, nomeadamente, da colaboração entre a administração central e a administração autárquica.*

*Art. 2.º É aditado um artigo 17.º – A ao Decreto-Lei n.º 71/87. de 11 de reiro. com a seguinte redacção:*

*Art. 17.º – A Compete à Divisão do Património Bibliográfico:*

- a) Estudar, propor e tomar providências destinadas à protecção. defesa, recuperação. conservação e valorização das espécies bibliográficas;*
- b) Superintender tecnicamente em todas as bibliotecas dependentes de outros serviços do Estado. autarquias locais e empresas públicas e nacionalizadas, bem como de entidades ou organismos subsidiados pelo Estado;*
- c) Fiscalizar todos os trabalhos que estejam a ser efectuados em espécies bibliográficas e fazer suspender aqueles que estejam a ser efectuados em espécies bibliográficas inventariadas ou em vias de inventariação;*
- d) Pronunciar-se sobre pedidos de cedência ou empréstimo e de exportação de espécies bibliográficas de valor, ainda que não inventariadas, e impedir a exportação não autorizada das mesmas;*
- e) Promover a protecção e conservação de espécies e colecções bibliográficas particulares;*
- f) Patrocinar a criação e apoiar o funcionamento de organismos destinados à defesa e valorização do património bibliográfico;*
- g) Promover a aplicação de técnicas de normalização para o tratamento de espécies bibliográficas;*
- h) Propor a organização de cursos de formação e actualização para o pessoal das bibliotecas;*
- i) Promover a mecanização dos serviços de bibliotecas;*
- j) Promover e apoiar as organizações adequadas à elaboração de catálogos colectivos;*
- l) Pronunciar-se sobre os regulamentos internos de bibliotecas;*
- m) Pronunciar-se sobre a aceitação de doações. legados e depósitos de espécies bibliográficas.*

*Art. 3.º Ficam dependentes do Instituto Português do Livro e da Leitura .). no plano técnico-administrativo, as seguintes bibliotecas:*

- a) Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Bragança;*
- b) Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora;*
- c) Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Leiria;*
- d) Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Vila Real*
- e) Biblioteca Popular de Lisboa.*

*Art. 4.º – É criado o lugar de chefe de Divisão do Património Bibliográfico, o qual acresce ao quadro de pessoal do IPLL, a que se refere o artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 71/87, de 11 de Fevereiro.*

*Art. 5.º – 1 – Os direitos e obrigações, incluindo os emergentes de contratos de arrendamento, constituídos na esfera jurídica do Instituto Português do Património Cultural (IPPC) e que estejam directamente relacionados com os serviços que ora transitam para o IPLL são assumidos por este.*

*2 – Para efeitos do disposto no número anterior, a discriminação do conjunto dos direitos e obrigações constará de despacho do membro do Governo responsável pela área da cultura, ouvidos os IPPC e o IPLL.*

*Art. 6.º – 1 – Os encargos resultantes da aplicação do disposto no presente diploma, durante o ano de 1988, serão suportados pelo orçamento do IPPC e pelos orçamentos dos organismos mencionados no artigo 3.º.*

*2 – Para efeitos do disposto no número anterior, os Institutos envolvidos na matéria podem celebrar um protocolo que defina o modo adequado de concretização da presente matéria.*

*Art. 7.º – 1 – É extinta a Divisão de Bibliotecas do IPPC, prevista no n.º 1 do artigo 32.º do Decreto Regulamentar n.º 34/80, de 2 de Agosto.*

("Diário da República", Lisboa, 1.ª Série, 123, 27 Maio 1988)

## ANEXO H

### HÁBITOS DE LEITURA

#### 2 – RESULTADOS COMPARATIVOS COM ESTUDOS ANTERIORES

Nos quadros seguintes estabelecem as comparações (1) dos principais indicadores (2) obtidos ao longo dos estudos feitos:

	Out. 1983	Fev. 1985	Fev. 1986	Fev. 1987	Fev. 1988	Fev. 1989
Base (total entrevistas)	(1991)	(2000)	(2000)	(2000)	(2000)	(2000)
Costumam ler livros	41.7	38.4	44.1	37.5	33.2	47.7
1-2 livros ano	9.3	5.9	10.3	7.7	5.6	12.4
3-5 livros ano	7.0	8.9	10.8	11.7	9.5	13.5
6-10 livros ano	6.3	7.4	8.5	7.3	8.1	8.2
11-20 livros ano	4.8	4.3	6.1	4.9	5.1	6.4
Mais de 20 livros ano	8.0	5.6	5.8	4.4	3.9	4.7
Ns/Nr	6.3	6.0	2.3	1.2	0.7	2.2
Base (total tem o hábito de ler)	(830)	(769)	(883)	(752)	(665)	(955)
Lêem por semana						
Menos de 2 horas	25.1	30.0	35.5	19.7	28.2	45.9
2-3 horas	22.5	16.0	20.0	21.9	23.3	21.0
4-5 horas	8.6	10.3	7.5	15.2	10.8	5.8
6-7 horas	7.3	10.0	6.0	14.1	9.6	9.2
8-14 horas	10.2	10.9	6.6	8.1	8.9	7.0
Mais de 14 horas	6.6	5.6	3.3	6.9	7.6	4.4
Ns/Nr	19.6	16.8	20.7	13.7	11.2	6.3
Estão a ler um livro	42.5	57.2	39.8	47.9	49.2	44.0
						%
	Out. 1983	Fev. 1985	Fev. 1986	Fev. 1987	Fev. 1988	Fev. 1989
Base (total de entrevistas)	(1991)	(2000)	(2000)	(2000)	(2000)	(2000)
Costumam comprar livros	42.2	29.1	38.2	33.4	27.4	43.3
1-2 livros por ano	2.5	1.2	2.3	3.9	2.5	4.9
3-4 livros por ano	7.4	5.6	7.6	6.8	4.8	12.1
5-6 livros por ano	4.4	4.3	7.1	6.5	5.6	7.7
7-10 livros por ano	7.2	4.7	7.7	6.0	5.1	6.8
11-20 livros por ano	7.8	5.4	6.6	5.2	5.4	6.4
21-50 livros por ano	6.3	2.1	1.4	2.1	2.0	1.9
Mais de 50 livros por ano	0.5	1.0	0.6	0.7	0.7	0.3
Ns/Nr	6.1	4.4	4.5	1.8	0.9	2.8

(1) Os resultados de Out. 83 aqui apresentados foram reponderados em função da reclassificação dos níveis sócio-econômicos

(2) Alguns indicadores não são comparáveis por apenas serem introduzidos em fases posteriores

(Continua)

(Continuação)

	Out. 1983	Fev. 1985	Fev. 1986	Fev. 1987	Fev. 1988	Fev. 1989
Base (total costumam comprar livros)	(840)	(583)	(765)	(669)	(548)	(867)
Compraram o último livro						
Há 1 semana ou menos	14.1	13.2	10.5	12.6	14.7	12.0
Há 1 mês ou menos	28.9	35.6	32.4	34.1	31.7	40.0
Há 1 ano ou menos	32.3	44.0	46.1	43.0	46.2	37.2
Há mais de um ano	9.7	3.2	6.3	6.8	5.5	4.4
Ns/Nr	15.0	3.7	4.5	3.3	1.6	6.2
Costumam comprar livros em						
Livraria/Tabacaria	73.2	63.7	68.7	67.4	77.1	72.1
Correspondência	27.5	34.2	23.5	17.3	17.5	15.3
Clube do Livro	38.9	16.5	48.2	37.5	39.7	27.4
Venda porta-a-porta	10.5	25.5	21.4	16.6	10.3	11.4
Alfarrabista	2.5	2.4	1.5	1.5	3.6	1.7
Feira do livro	nd	0.8	1.3	3.2	1.8	1.4
Ns/Nr	0.3	0.1	n	0.1	0.3	1.7
Base (total de entrevistas)	(1991)	(2000)	(2000)	(2000)	(2000)	(2000)
Tem livros em casa	69.4	71.4	79.3	74.1	68.5	84.1

Fonte: Associação Portuguesa de Editores e Livreiros – *Hábitos de leitura e de compra de livros em Portugal: Estudo de mercado*. "Livros de Portugal", Lisboa, 2 (8/9) Ago-Set 1989, p. 22-23.